

Os votos que agora fazemos ao presidente

E assim, o Brasil vai fechando este ano com a maior inflação desde os idos de Pedro Álvares Cabral: 28,79%, em dezembro e 933,62% nos doze meses de 1988.

Pouco importam, a esta altura, considerações meramente estatísticas e comparações que seriam gratuitas se não fossem graves. O fato é que a inflação, na prática, como já devem ter descoberto os brasileiros, ainda que com certo atraso, é um pernicioso fenômeno econômico que além de empobrecer o país empobrece ainda mais os pobres — e, por isso mesmo, intensifica a insatisfação social, isolando as bases da convivência democrática, acirra pendências e impede qualquer previsão razoavelmente acurada do que amanhã nos aguarda. A esta altura deve ter ficado claro a todos que a inflação é nossa maior inimiga e deve ser atacada com decisão.

Também está mais do que claro que o governo não pode fugir às suas responsabilidades e manter-se omissos no combate à inflação. Não pode, por exemplo, pretender transferir sua culpa, como o fez recentemente o presidente José Sarney, atribuindo o vertiginoso crescimento da inflação à "ganância dos especuladores". Forçosamente tem de admitir que se a inflação atingiu um nível insuportável isso aconteceu por culpa única e exclusiva do próprio governo, que se revelou incapaz de administrar equilibradamente suas finanças, gastando mais do que arrecada. A maior prova desse desarranjo está na necessidade de o país ter que pedir um **waiver** (perdão) ao FMI por não haver cumprido as metas de controle do déficit público acertadas com a instituição, conforme informou o chefe do Departamento Econômico do Banco Central. Em artigo que publicamos ontem o professor Octávio Gouvêa de Bulhões mostra um pouco as dimensões do rombo: a receita tributária, até setembro, não atingiu 700 bilhões de cruzados, enquanto as despesas do Tesouro Nacional chegaram a 1,4 trilhão de cruzados, exatamente o dobro.

De fato, o nível da inflação a que chegamos não é mais do que o resultado desastroso de uma política que permitiu o enfraquecimento da moeda e, com isso, o de nossa própria vida democrática — o limite de resistência da sociedade já está ultrapassado e o desdobramento dessa situação suscita temor mais que fundado.

Agora as informações que nos chegam da ilha de Curupu, onde o presidente Sarney passa as festas de fim de ano, nos dão conta de que ele parece ter percebido que esta é a última oportunidade que lhe resta, no último ano de seu mandato, de impedir que a inflação escape definitivamente do controle. E que, para isso, terá de mobilizar todas as forças que ainda lhe restam para aplicar um plano drástico de defesa da moeda aviltada.

É evidente, mesmo para quem não acompanha detalhadamente os lances da economia — basta, de resto, senti-los no próprio bolso —, que a política de feijão-com-arroz do ministro Mailson da Nóbrega, uma tentativa de implantação do gradualismo no combate à inflação, está totalmente ultrapassada, em grande parte em função da resistência do governo (e dos políticos) a reduzir os gastos públicos. Depois dos malogros sucessivos do Plano Cruzado e do Plano Bresser, também ficou evidente que as medidas meramente heterodoxas não servem. Daí por que nos resta unicamente o remédio amargo e o duro sofrimento da opção ortodoxa, infelizmente a única saída eficaz contra a inflação que nos assola e à qual ninguém escapa. E certamente esses remédios poderiam ter sido muito menos amargos se tivessem sido aplicados antes.

Agora, ao lado das medidas ortodoxas que não podem ser adiadas por mais tempo — afinal, já estamos entrando no terreno da hiperinflação — também é preciso fortalecer o pacto social como fórum de discussão e de legitimação de uma política decisiva contra a inflação. Esse fortalecimento é indispensável ante o desinteresse do Legislativo na solução do mais angustiante de nossos problemas. O alheamento e a omissão dos políticos profissionais — que não fazem uso dos poderes que foram restabelecidos ao Congresso — indicam que dos legisladores pouco se pode esperar além da formalização, a **posteriori**, das medidas que devem ser adotadas à sua revelia. Cabe aos trabalhadores, aos empresários e aos representantes do Executivo acertar como será distribuída essa imensa conta a pagar, que cresce dia a dia, e pressionar o Congresso para que ele aprove as medidas necessárias, sem meter o bedelho para atrapalhar, como fez recentemente com o Orçamento da União.

O trabalhador, a esta altura, já compreendeu que nada é mais deletério para seu poder aquisitivo do que essa inflação que corrói, em apenas um mês, mais de 30% de seu salário e que a URP só repõe em parte e com atraso. O empresário, mesmo o que se julga mais protegido contra a inflação — e ainda haverá quem se considere protegido? — tomou consciência de que não é mais possível administrar um patrimônio e tomar decisões que envolvem não o próximo ano nem o próximo mês, mas o dia de amanhã, quando não é mais sequer possível prever um simples fluxo de caixa ao longo de uma semana.

Enfim, trabalhadores e empresários estão conscientes da ameaça com que se defrontam, sabendo que terão muito mais a perder se nada for feito, permitindo que a hiperinflação se encarregue de empobrecer ainda mais a todos, submetendo-os a sacrifícios mais duros e penosos do que os que advirão da implantação de uma política de austeridade que se revela inadiável.

Entretanto, se trabalhadores e empresários já se mostram conscientes do que trará a hiperinflação, não se pode dizer o mesmo do Executivo, que tergiversa e às vezes ainda parece inclinado a adiar as decisões drásticas que se impõem, rolando a situação com a barriga. As resistências às medidas de austeridade prometidas — e até aqui só prometidas — são grandes. Os **lobbies** para salvar ministérios e órgãos ameaçados e preservar verbas já estão armados e ativos.

Mas agora está acabado o tempo para vacilações e soluções acomodaticias. É de se esperar que os ares da ilha de Curupu inspirem o presidente Sarney, em seu último ano de mandato, a tomar as decisões demandadas pela crise que vivemos. São os votos que lhe fazemos, no final deste 1988. Para que não fechemos 1989 com outros recordes na inflação.